

# 38º Encontro Anual da Anpocs

## GT 10: Democracia e desigualdades

**Título:** Sistema de Indicadores Sociais para monitoramento das iniciativas de Economia Solidária: avaliação das formas de emancipação e aumento da participação democrática.

Fernanda Cristina de Carvalho Mello

### Resumo

Esta pesquisa propõe discutir a possibilidade da construção de um Sistema de Indicadores Sociais próprios para a Economia Solidária, voltado a realizar o monitoramento dos empreendimentos solidários em questões relacionadas aos aspectos sociais, principalmente aqueles voltados à qualidade de vida, emancipação humana e ampliação da democracia. Discutir a Economia solidária a partir do referencial teórico da acumulação flexível coloca em questão até que ponto as iniciativas de Economia Solidária representam uma alternativa viável e promissora no debate sobre as potencialidades e limites dentro do contexto capitalista, de forma a avaliar se ela contribui efetivamente para a superação das relações desiguais de trabalho, na ampliação de espaços democráticos e formas alternativas de ação política, ou se acabam por reinserir na cadeia produtiva de forma não emancipada. Diante disso, um sistema de indicadores sociais se mostra como uma metodologia passível de mensurar eventuais mudanças de ordem econômica, social e política e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social dentro da agenda democrática.

---

## 1. INTRODUÇÃO

---

Os cenários desta dinâmica estão em aberto. Suas co-relações complexas não são previsíveis, uma vez que aqui, mais que em qualquer outro espaço econômico, as expectativas dos agentes respondem a estímulos que ultrapassam a ordem do econômico, incorporando-os à ordem do sócio-político, e para além disso, à ordem do ideológico-utópico. De uma utopia que reside na incrível diferença que é, nos dias hoje, propor a igualdade; da uma utopia da solidariedade como forma de diferenciação, em um mundo em que a indiferença é a única coisa igual em toda parte (CRUZ, 2003, p.296).

O presente trabalho tem como pretensão discutir de forma essencialmente analítica e, na medida do possível, contributiva, a questão da economia solidária no Brasil, sua relação com o Estado e suas políticas públicas.

O eixo temático central vislumbra a economia solidária como um fenômeno simultaneamente econômico e social, pois busca a suficiência financeira de forma a garantir a reprodução material dos sujeitos envolvidos e também contém uma proposta de um novo desenvolvimento social e projeto de sociedade, com maior autonomia dos indivíduos e participação democrática não só nas instâncias relacionadas ao mundo do trabalho, como também nas demais dimensões da vida.

A construção de um sistema de indicadores específicos para a economia solidária contempla uma discussão a respeito da ampliação dos espaços democráticos dentro do sistema capitalista. Buscar indicadores especificamente criados para monitorar as políticas públicas, a fim de avaliar suas efetividades, pode ser um instrumento que proporcione o desenvolvimento das iniciativas e a ampliação da economia solidária como um projeto político, indicando também possíveis caminhos de monitorar as vivências relacionadas à conquista de direitos entre os sujeitos dentro das instâncias de decisões políticas institucionais e estratégicas.

Algumas questões são centrais e norteiam esta proposta, estabelecendo relações entre determinados universos conceituais e seus possíveis desdobramentos na temática 'economia solidária'. Desta forma, atenta-se à perspectiva teórica de Boaventura e Paoli, majoritariamente, para discutir as seguintes hipóteses:

- a) Relação da economia solidária com o Estado por meio de políticas públicas efetivas, que promovam a participação popular e não um mero 'processo de construção de demanda', onde os atores sociais não participem somente na implementação das ações, mas também nas demais instâncias de planejamento;

- b) Quais temáticas de indicadores sociais são interessantes de serem criadas para avaliar a vivência democrática dos sujeitos sociais de todas as instâncias sociais na concepção das políticas públicas promulgadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária?

A economia solidária vem apresentando um ritmo acelerado de crescimento nos últimos anos no Brasil, sendo que alguns fatores colocam-se como marcos de uma configuração singular e lhes conferem uma nova dimensão econômica, social e política. A ação coletiva e a autogestão diferenciam-se daquela predominante no capitalismo, visto que contempla a satisfação dos interesses comuns e busca o bem-estar social, pois a economia solidária sinaliza um movimento contra-hegemônico em relação ao modo capitalista de produção, engendrando novas formas de sociabilidade dentro e fora dos espaços de produção.

Neste contexto, em todo o território, milhares de trabalhadores e trabalhadoras organizam-se de forma coletiva através da gestão do próprio trabalho que está

recolocando o ser humano no centro da vida econômica, procurando conciliar produção e circulação de riqueza com emancipação humana em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, a economia solidária apresenta-se como parte de um projeto maior de transformação social, e não como uma simples política econômica compensatória num mundo em crise de trabalho. (SINGER, 2003, p. 287)

Estudos na área, dentre eles, os realizados por Singer (2000), indicam que os empreendimentos solidários proporcionam ganhos além do econômico, tais como auto-estima e identificação com o trabalho, além de uma noção crescente de autonomia e de direitos. A questão que se coloca é avaliar como este aspecto é vivenciado dentro dos limites existentes e qual o grau de viabilidade no contexto atual, o que pode ser dimensionado através de indicadores sociais.

A construção de um sistema de indicadores específicos para a economia solidária, visto a necessidade destes modelos de trabalho serem estudados pela ciência, é um dos subsídios na discussão a respeito da ampliação dos espaços democráticos dentro do capitalismo.

---

## 2. OBJETO E OBJETIVOS

---

O modelo econômico da economia solidária envolve, atualmente, pelo menos 1,8 milhões de trabalhadores e mais de 20 mil grupos produtivos no Brasil e, segundo pesquisas, tal modelo tem trazido progresso significativo no que diz respeito à redução da pobreza (SOUZA, 2012). Porém, os ganhos relacionados ao bem estar dos indivíduos não são facilmente mensuráveis, uma vez que os resultados não se restringem aos aspectos econômicos, mas também aos sociais e políticos.

É este ponto que nos atenta: a mensuração dos ganhos sociais, em relação às vivências democráticas, que podem ser possibilitados pela economia solidária e a verificação de até que ponto as políticas públicas de economia solidária proporcionam resultados qualitativos que são compartilhados pelos participantes. As políticas públicas incentivam a autonomia, emancipação e amplitude democrática nas instâncias dos processos decisórios fora dos empreendimentos solidários?

São estas indagações que inquietam a discussão e indicam a ferramenta dos indicadores sociais como uma metodologia passível de mensurar tais mudanças de ordem econômica, social e política, dado que indicadores permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social (JANUZZI, 2009), pois,

É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudança que estão se processando na mesma. Para a pesquisa acadêmica, o indicador social é, pois, o elo de ligação entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados. (...) é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas (...) e traduzem em cifras tangíveis e operacionais várias das dimensões relevante, específicas e dinâmicas da realidade social (Idem, p. 15).

Diante do exposto, o objetivo fica estabelecido no sentido de levantar elementos que possam contribuir para a elaboração de Indicadores Sociais para monitorar e discutir a participação popular nos processos decisórios dentro do movimento da economia solidária, de forma a elaborar definições capazes de mostrar o quão intensa é a democratização das relações políticas e de poder nas instâncias institucionais do movimento.

Indicadores sociais são insumos indispensáveis em praticamente todas as fases do processo de formulação de políticas, e, neste estudo em específico, de

implementação e expansão das mesmas, de forma que possam trazer subsídios para o monitoramento do que está sendo realizado, possibilitando um panorama das deficiências e fortalezas, assim como também dos resultados do processo na atualidade.

Dentro da construção do Sistema de Indicadores, os objetivos específicos são:

- Discutir a economia solidária a partir do referencial teórico brasileiro.
- Aferir até que ponto as políticas públicas de Economia Solidária representam uma alternativa viável e promissora dentro do debate sobre as potencialidades e limites da democracia, no sentido de proporcionar maior participação política dos sujeitos em todas as instâncias do processo decisório, desde a concepção das políticas, programas e projetos, até a execução das ações nos empreendimentos solidários.

Mediante um projeto nominalmente político-participativo, a economia solidária confirma a heterogeneidade de práticas, temas e sujeitos, e o reconhecimento destas práticas e temáticas pelo Estado é um aspecto que vai contra a noção de política constringida, onde os espaços democráticos estão esvaziados. A economia solidária possibilita inclusive formas de participação direta nas estratégias das ações do Estado, visto que as Conferências Municipais, estaduais e nacionais são uma forma de deliberação popular.

Isto posto, as ações de economia solidária são viabilizadas através da articulação entre sociedade civil e poder público através de projetos setoriais em diversas áreas, tais como trabalho e renda, cultura, educação, etc., promovendo uma expansão das políticas públicas nas instâncias estaduais e municipais. Um dado do 'Relatório de Avaliação das Políticas Públicas de Economia Solidária' (2003) revela que uma das grandes dificuldades vivenciadas pelo movimento é a necessidade de maior proximidade com o público-alvo, o que leva, a princípio, a um apontamento de um certo distanciamento entre política de economia solidária e os sujeitos que dela fazem parte. Este dado, em conjunto com outro da mesma fonte, que diz respeito às instâncias de participação dos atores na política, informa que 83,3% dos atores atuam na implementação e execução da política, cabendo a 55,6% uma participação na concepção e formulação e 38,9% no nível do controle social das políticas públicas. Estes dois dados, analisados em conjunto, conduzem a apontamentos que mostram que as políticas públicas são definidas, em sua grande maioria, pelos dirigentes do Estado

sem levar em conta as demandas dos grupos sociais da economia solidária, ou seja, aqueles que a vivenciam diariamente como sua principal fonte de renda.

Dessa forma, fica então delimitada a proposta desta pesquisa: mediante a democracia participativa ser predominantemente vivenciada na autogestão dos empreendimentos solidários, em quais instâncias do processo político há uma maior limitação desta participação? Onde há maior fragilidade em relação à participação popular: na concepção das políticas, nas decisões estaduais ou na implementação pelas secretarias municipais? É sobre esta perspectiva que este projeto pretende ser construído.

---

### **3. A QUESTÃO DA DEMOCRACIA E EMANCIPAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

---

Construir uma análise em relação à participação política da população ao longo do processo decisório inevitavelmente leva o pensamento a estabelecer relações, num primeiro momento, com a democracia e também com aspectos relacionados à emancipação.

Para tanto, faz-se presente dedicar um momento para discutir sobre o conceito de democracia e de como ele tem se alterado ao longo das últimas décadas. Apoiado principalmente na teoria de Boaventura Souza Santos, que tem discorrido amplamente sobre as possibilidades da ampliação da democracia, no sentido de uma democracia mais participativa que busca se concretizar (apesar de nem sempre com êxito) nas experiências sociais ao redor do mundo, imprimindo um novo contexto político de ser vivenciado.

Em sua construção teórica, Santos (2000) afirma que o projeto de modernidade contém duas formas de conhecimento: o conhecimento regulação e o conhecimento emancipação. O conhecimento regulação é composto pelo Estado, pelo mercado e pela comunidade, enquanto que o conhecimento emancipação contempla três formas de racionalidade: cognitivo-instrumental, estético-expressiva e a racionalidade prático-moral do Direito. Na modernidade, o pilar da regulação absorveu o pilar da emancipação devido à imposição da racionalidade e da regulação do mercado e do capital sobre múltiplos aspectos da vida humana, incluindo o Estado e a comunidade, encolhendo, por conseguinte, as possibilidades de emancipação da humanidade, que para Santos, é construída a partir da comunidade e da racionalidade estético-expressiva.

A comunidade, inclusive, é o princípio “mais bem colocado para instaurar uma dialética positiva com o pilar da emancipação (SANTOS, 2000, p. 75), e é vivenciada através de duas dimensões fundamentais: a participação e a solidariedade, princípios que também norteiam a economia solidária. Já a racionalidade estético-expressiva é a individualidade do *homo ludens*, o prazer possível de ser vivenciado apesar das condições coercitivas da sociedade moderna.

Segundo Boaventura (2000), a emancipação torna-se possível a partir de uma ruptura epistemológica, na qual o conhecimento científico, caracterizado como antidemocrático, dá lugar a um novo senso comum, mais transparente e mais prático – o novo senso comum então denominado “conhecimento prudente para uma vida decente” (2000, p. 107). Este conhecimento possui cinco dimensões que são muito congruentes aos da economia solidária, principalmente os dois primeiros aqui citados: participação, solidariedade, prazer, autoria e a artefactualidade discursiva; sendo que a participação possui uma relação muito estreita com a dimensão política, visto que atualmente há uma limitação em relação à participação democrática dentro da esfera política. Este texto irá se concentrar na primeira das dimensões devido ao recorte metodológico, mas vale ressaltar a importância dos demais para a devida compreensão da teoria do autor.

A proposta do “conhecimento prudente para um vida decente” é ampliar a participação nos espaços da ação política através de uma ação participativa que rompa com as concentrações de poder e decisão. A economia solidária contém em si esta mesma proposta, visto que a participação é apoiada no princípio da autogestão e no engajamento das decisões nos empreendimentos realizadas por todos os sujeitos que deles participam.

Além da emancipação, que num olhar pragmático pode ser mais utópica do que real, a democracia também coloca-se como importante de ser discutida, principalmente num sentido de vivência real em maior ou menor dimensão nas instâncias políticas, e para tanto o pensamento de Boaventura também se mostra pertinente, visto que o autor é um teórico da democracia participativa.

Um conceito simplista de democracia a concebe como representativa e baseada no sufrágio universal, onde os sujeitos votam escolhendo seus representantes e vivem sob um conjunto de regras e direitos. Alguns teóricos começaram, a partir do colapso do socialismo (e a fragmentação do bloco soviético) a buscar uma nova perspectiva para a democracia, na qual o “debate deixa de girar em torno da antítese liberdade *versus* igualdade e passa a concentrar-se na qualidade desta liberdade, ou melhor, na qualidade

da democracia” (2008, p. 50). Para este grupo, o sentido de democracia foi esvaziado ao longo do tempo e ficou reduzido somente ao ato de votar, e esta configuração precisa ser renovada a fim de ampliar a participação democrática da sociedade civil diante da esfera governamental, ou seja, uma democracia participativa. E é neste ponto que esta proposta de trabalho está assentada, pois pretende discutir qual a dimensão da democracia participativa dentro da economia solidária, não só no interior dos empreendimentos, e sim nas instâncias de decisão das políticas públicas voltadas à EcoSol. Qual a real dimensão participativa dos sujeitos que compartilham o movimento da economia solidária em relação às decisões das políticas públicas instituídas pelo Estado, neste caso, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária? Há uma inovação democrática sendo desenvolvida dentro de um sistema democrático já institucionalizado?

A participação política possui um papel fundamental neste processo de redescoberta das práticas societárias (...). É através dela que aqueles deixados à margem poderão ser incluídos dentro do processo democrático, colaborando na própria definição da comunidade em que estão inseridos. A democracia então é um projeto de inclusão social e de inovação cultural que se coloca como tentativa de instituição de uma nova soberania democrática. (2008, p. 54).

---

#### **4. A MÚLTIPLA DEFINIÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

---

A economia solidária constitui-se em um cenário amplamente aberto a possibilidades, tanto de desenvolvimento quanto de insucessos. Este conceito abarca um número bastante heterogêneo de atividades, sujeitos sociais, iniciativas, propostas, projetos e vivências, mas alguns pontos fundamentais são possíveis de serem extraídos a fim de caracterizar conceitualmente tal fenômeno.

A perspectiva conceitual de economia solidária adotada neste trabalho parte da definição concebida por Cruz (2002) e diz respeito à configuração brasileira das iniciativas como um fenômeno resultante das condições históricas de vulnerabilidade do mercado de trabalho no Brasil, que provocou altos índices de desemprego, precarização e flexibilização; e também como resultado dos movimentos populares dos anos 70 e 80 (principalmente líderes comunitários e sindicais, MST, igreja), sendo, então, ao mesmo tempo um fenômeno econômico e um movimento social. Em linhas mais objetivas, Cruz (2002, p. 6) define:



economia solidária toda iniciativa econômica que incorpora trabalhadores(as) associados(as) em torno dos seguintes objetivos/características: (1) caráter coletivo das experiências (não são portanto, formas de produção e consumo individuais, típicas da “economia informal” em seu sentido estrito), (2) generalização de relações de trabalho não assalariadas, (3) exercício do controle coletivo do empreendimento (de suas informações, fluxos, rendimentos etc.), e (4) “inserção cidadã” das iniciativas: respeito ao consumidor e ao meio ambiente, participação ativa na comunidade em que está inserida, articulação política com as outras iniciativas de economia solidária, denúncia de mecanismos antiéticos de mercado, etc.

A autogestão é um dentre os oito valores compartilhados pela economia solidária (Gaiger, 2008): a democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social, são princípios que buscam conciliar a produção e a circulação do que é produzido, além de ter uma proposta de maior desenvolvimento e emancipação humana; porém, evidentemente que estes princípios não são vivenciados pela totalidade dos que participam das iniciativas, mas são colocados como horizontes preponderantes no dia a dia. Este novo horizonte de vivência social e projeto político serão discutidos posteriormente, assim como também de que maneira estes princípios são por diversas vezes estrangulados pelo Estado nas suas tentativas de concretização, comprometendo, por diversas vezes, a participação popular espontânea.

Formulações que enfocam a economia solidária como um movimento não-capitalista estão presentes principalmente na obra de Paul Singer, autor contemporâneo e referência nos debates e formulações teóricas sobre o tema. O autor confere a economia solidária como um novo modo de produção, apoiado pela economia crítica marxista, uma vez que as relações sociais de produção são opostas às vivenciadas no modo de produção hegemônico capitalista, tais como a centralização excessiva de poder, relações hierárquicas, remunerações muito diferenciadas e propriedade privada dos meios de produção.

Entretanto, Singer não sustenta exclusivamente o caráter contraditório das relações de produção solidárias com as capitalistas, pois percebe a necessidade de uma convivência entre ambas por um período ainda sem horizonte determinado, visto que a economia solidária está inserida na economia de mercado capitalista, atuando dentro e também em outros possíveis espaços (feiras de economia solidária, trocas, etc). A submissão à lógica de mercado é praticamente inescapável, porém não tira a perspectiva da “economia solidária gerar sua própria dinâmica em vez de depender das contradições do modo dominante de produção para lhe abrir caminho” (SINGER, 2002, p. 116).

Diante das definições expostas que são complementares, porém múltiplas, a opção metodológica para este trabalho vai de encontro à concebida por Cruz (2004) em sua tese intitulada “A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul”, que levanta dois aspectos chave:

- a) a economia solidária comporta relações sociais de produção não-capitalistas, desenvolvidas no interior de seus empreendimentos, porém operam sob condições de mercado capitalistas. Evidentemente, há aí uma contradição cuja síntese é construída na dinâmica das iniciativas, pois elas somente serão solidárias se não reproduzirem *internamente* os valores e estruturas típicos das iniciativas convencionais, mas não poderão continuar existindo se não adotarem métodos e procedimentos de concorrência típicos das empresas capitalistas nos mercados em que operam.
- b) as iniciativas de economia solidária, para sobreviverem, estão obrigadas a estabelecer relações mercantis mediadas por relações de mercado, condicionadas pela determinação social dos valores de troca. (idem)

#### **4.1. As iniciativas e os empreendimentos solidários no Brasil**

O Brasil tem se pronunciado como um país onde a economia solidária tem se desenvolvido, visto que desde o início da década de 1990 pessoas que buscavam fontes alternativas de rendimento passaram a se reunir em cooperativas e associações, estabelecendo uma participação ativa nos processos de decisão e produção de forma a assumir um caráter de preocupação com o bem estar dos trabalhadores. Porém, os ganhos relacionados ao bem estar dos indivíduos não são facilmente mensuráveis, apesar de serem um dos grandes diferenciais da dinâmica do trabalho dentro da economia solidária, uma vez que os resultados não se restringem somente aos aspectos econômicos, mas também sociais e até mesmo pessoais. Pesquisas ainda estão sendo produzidas sobre o alcance destas transformações, mas já há o vislumbre de que as iniciativas promovem desenvolvimento humano, ganho de auto-estima, identificação com o trabalho, companheirismo, além de uma noção crescente de autonomia e direitos (SINGER, 2000).

Porém a mensuração destes ganhos sociais ainda não está tão desenvolvida, e as questões ainda inquietam: Quais são os aspectos mais relevantes a serem mensurados, além dos ganhos econômicos? Até que ponto a economia solidária proporciona

resultados políticos e culturais que são compartilhados pelos participantes? Como se vivencia a autonomia e emancipação no dia a dia? Qual o impacto das políticas públicas nos empreendimentos e municípios que possuem uma Secretaria ou Assessoria de Economia Solidária?

As questões inquietam e as provas de que a efetividade da economia solidária se dá de maneira concreta na vida dos trabalhadores ainda passa por indicadores que têm como referência o capital. Os dados mais recentes<sup>1</sup> noticiam que os empreendimentos solidários respondem por 8% do PIB brasileiro e é uma prova reforçada pelo próprio movimento de que os trabalhadores administram os empreendimentos de forma a mostrar resultados econômicos efetivos (e dentro da lógica capitalista), porém há também percepções a respeito de mudanças significativas na qualidade de vida dos sujeitos, visto que muitos e muitas a adotam como um projeto de vida.

Das questões mais relevantes, tem-se ainda uma pequena parcela dos trabalhadores que conseguem se sustentar exclusivamente pelos empreendimentos solidários e/ou cooperativos, apesar do número crescente de iniciativas por todo o país ao longo dos anos. Um grande marco foi o surgimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária no primeiro governo Lula, que promoveu o desenvolvimento e a congregação das iniciativas através de políticas públicas específicas e a promoção de uma maior articulação entre os municípios e estados.

Garantir o que está sendo investido e ampliar o desenvolvimento das iniciativas é um dos grandes desafios, pois, hoje em dia, há inúmeros empreendimentos que já passaram do período de incubação e estão em fase de consolidação, sendo imprescindível uma maior aproximação e diálogo efetivo entre as políticas públicas voltadas exclusivamente à economia solidária e as demandas dos movimentos.

Nesta disputa por espaços e consolidação de um novo cenário social, a economia solidária busca concentrar objetivos mais claros e uma articulação maior ainda entre os empreendimentos espalhados pelo território nacional, a fim de delimitar uma estratégia política, sem deixar de lado um processo necessário de amadurecimento. E é nesta questão política que este trabalho procura concentrar sua discussão, buscando construir uma análise sobre a relação do movimento da economia solidária e as políticas públicas existentes. O que se coloca é a participação do Estado como um agente potencializador das iniciativas, por um lado, e na mesma medida e em contraponto, o estrangulamento

---

<sup>1</sup> Fonte: Rede Brasil Atual. Data: 10 de julho de 2014.

da capacidade de articulação política e concretização do projeto político de um novo desenvolvimento. Pretende-se, então, a partir deste momento, ter como referência as seguintes questões que não pretendem esgotar-se em bipolaridades, mas somente servir como marcos referenciais:

- a) Até que ponto a economia solidária e as políticas públicas conseguem uma real universalização de direitos?
- b) Até que ponto a EcoSol, na sua institucionalização como secretaria nacional, é (ou não) uma possibilidade real de criação de novas experiências de reivindicação e invenção espontâneas *a partir* dos movimentos populares?
- c) Atualmente, existe um diálogo do Estado com as experiências populares de ação organizada ou somente uma instrumentalização de política pública meramente compensatória?

A discussão preliminar sobre as dinâmicas sociais, econômicas e políticas da economia solidária fez-se necessária para pontuar a perspectiva teórica aqui adotada, visto a multiplicidade e por vezes a confusão de conceitos relacionados ao tema. A partir deste momento, então, discutiremos o horizonte político mais democrático da economia solidária como um projeto de desenvolvimento de uma nova construção de sociedade, levantando os limites provenientes do modo de produção capitalista, as potencialidades do movimento e o papel do Estado neste cenário.

Iniciativas solidárias que já apresentam práxis social, cooperação e solidariedade vivenciadas diariamente entre seus membros acabam por serem estranguladas pela lógica do mercado que não dá espaço para qualquer possibilidade de êxito. Nem todas as iniciativas têm estes princípios bem articulados e este é um ponto importante a ser trabalhado para que a economia solidária desenvolva seu projeto político. Nas palavras de Cruz (2004, p. 12),

Ocorre que o público alvo dos programas é composto pelo extrato populacional mais frágil sob todos os pontos de vista: são os deserdados do capital, do conhecimento e do poder. São pessoas que precisam resolver o problema da sua alimentação no dia seguinte, sempre. Que têm muito pouca familiaridade com lápis e papel, que dirá com textos e livros. E cuja capacidade de aprendizagem está diretamente ligada à experiência prática imediata dos conhecimentos adquiridos. Mas ainda não é só: sua cultura é a cultura da subordinação, do clientelismo, do assalariamento, da desproteção, do individualismo. Não é a cultura da coletividade, da solidariedade. Por fim: as condições de alienação em que se produz e reproduz seu cotidiano, está longe de permitir-lhe a compreensão dos adversários externos que terá de enfrentar: a concorrência selvagem do mercado, a perseguição das instituições controladas e/ou condicionadas pelo grande capital, a ausência de apoios institucionais eficazes, etc.

O autor finaliza descrevendo os adversários a serem combatidos: a concorrência do mercado, as grandes instituições condicionadas pelo grande capital que possuem legislações a seu favor (tais como dedução de impostos e incentivos fiscais) e a ausência de projetos institucionais eficazes. E é em relação a este último desafio que este trabalho se propõe a discutir a partir de agora: a relação do Estado com a economia solidária.

---

## **5. ECONOMIA SOLIDÁRIA E ESTADO: SURGIMENTO E QUESTIONAMENTOS**

---

Com a vitória de Lula no ano de 2003, novos horizontes começaram a surgir para a economia solidária, visto que os aparelhos de Estado federais criaram mecanismos de apoio e promoção através de projetos e políticas públicas específicas para as iniciativas e que buscavam dialogar com os projetos já existentes. A formação do Fórum Nacional de Economia Solidária por várias entidades (Cáritas Brasileira, ANTEAG (Associação Nacional Trabalho e Empresas de Autogestão), Fórum de Gestores Públicos da Economia Solidária, ADS-CUT (Agência de Desenvolvimento Solidário), UNISOL (Universidade Solidária e outras) conseguiu garantir a constituição de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), dirigida pelo Prof. Paul Singer já no ano de 2003, secretaria esta vinculada ao Ministério do Emprego e do Trabalho, que deixava visível que as iniciativas de economia solidária fariam parte das políticas de geração de emprego e renda.

A SENAES, uma conquista do movimento social da economia solidária, logo no início apostou em programas que buscavam apoiar e dar estrutura às iniciativas já existentes através de financiamento econômico e cursos de formação e capacitação. De uma maneira geral, as políticas fomentadas pela Secretaria no princípio eram compreendidas majoritariamente como políticas de geração de trabalho e renda, e paulatinamente foram percebidas e organizadas como políticas de fomento à economia solidária com uma proposta de negação ao desenvolvimento estritamente econômico, mas com iniciativas de aliar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social dos sujeitos que dela participam.

Das principais atribuições da Secretaria Nacional de Economia Solidária, destacam-se (CRUZ, 2006):

- iniciar a discussão sobre a construção de um marco jurídico para a economia solidária e sua institucionalização, assim como a consolidação do Conselho Nacional de Economia Solidária;

- a estruturação de um Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC), baseado nas experiências de incubadoras universitárias;

- a construção de convênio e parcerias com outros órgãos governamentais que vislumbram a economia solidária como política emancipatória principalmente para grupos sociais vulneráveis, como os portadores de deficiências físicas e mentais, comunidades quilombolas, etc.;

- o apoio a projetos específicos, buscando potencializar ações já em andamento, de forma a principalmente garantir recursos para investimento de iniciativas já consolidadas ou em fase de consolidação, que é uma das principais dificuldades dos empreendimentos.

- finalmente, uma iniciativa posta em andamento no final da gestão 2003-2006 do governo Lula para formar núcleos de economia solidária no nível micro (municípios), promovendo uma melhor articulação entre diferentes localidades.

Um princípio parece ser indubitável dentre os pesquisadores da área: os agentes buscam a institucionalização das iniciativas, o que coloca como imprescindível que as políticas formuladas dialoguem diretamente com os sujeitos que dela fazem parte em seu cotidiano, e, na medida do possível, parta das formulações destes próprios sujeitos - este é um caráter que busca a democratização e a representatividade política.

O que se coloca, neste ponto, é um questionamento sobre se a economia solidária é um possível movimento contrário ao descrito por Paoli (2007), quando enfatiza que as políticas públicas estão afastadas da intenção de direitos universalizados e acabam tornando-se 'formas de gestão da precariedade'. A autora enfatiza que no Brasil, os governos foram historicamente retirando da população a possibilidade de ações organizadas e políticas espontâneas, ocasionando uma gestão da vida coletiva que "bloqueia os caminhos que podem revitalizar o impulso das ideias e ações democráticas" (idem, p.05).

Ainda de forma pertinente, Paoli segue a crítica do vazio da política que acomete inclusive os espaços públicos que estão declinantes e desorganizados, sendo substituídos por uma gestão coletiva que opera de maneira não profunda as questões imprescindíveis e de caráter qualitativo dos grupos populacionais. Os espaços públicos são compreendidos de acordo com políticas públicas desenhadas a grupos da população

‘já interpretados’, geralmente realizadas pelo poder público em conjunto com entidades privadas e organizações não-governamentais, que, por muitas vezes, passam a administrar as questões sociais e as pessoas, instalando, assim, um modo de intervenção e controle na junção público-privado que retira qualquer autonomia e capacidade de articulação política dos sujeitos, encolhendo, dessa forma, a dimensão pública e a capacidade de locução popular.

A abordagem de Paoli é pertinente para se pensar as políticas públicas voltadas à economia solidária. Algumas questões são importantes de serem refletidas principalmente para aqueles que vislumbram um caminho que está sendo construído em busca de uma nova configuração social. Diante dos inevitáveis questionamentos que qualquer projeto em andamento coloca, alguns seriam pertinentes de serem orientadores nas análises sobre a economia solidária no Brasil, amparados pela argumentação da autora:

- Até que ponto as iniciativas de economia solidária estão dentro desta lógica administrativa e de gerenciamento de políticas públicas?
- Até que ponto são uma possibilidade de real participação popular com vistas a um horizonte político realmente mais democrático?
- A atual forma de gestão política da Economia Solidária, institucionalizada por uma Secretaria Nacional, promove o comprometimento popular espontâneo, ou seja, promove a democracia participativa em quais instâncias (planejamento, coordenação, execução)?

---

## 6. AS POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Os espaços públicos declinantes e continuamente desorganizados pelas técnicas e pela violência atingem, portanto, a própria capacidade de ação e a liberdade de fundar novos começos. É no vazio da política que a violência e a gestão das populações instalam-se e produzem a ausência do mundo partilhado como referência de estar no mundo: substituem os espaços públicos por estratégias de auto-legitimação, ao convencer que, diante da nossa urgência, o conhecimento especializado de técnicas e formulas de intervenção está aí para resolver os problemas com eficácia e nos proteger do incerto. O que elas configuram, no entanto, é um modo de gestão da vida coletiva que faz repetir, mais uma vez, o bloqueio dos caminhos que podem revitalizar o impulso das ideias e ações democráticas, ou seja, a política (PAOLI, 2007, p. 05).

Esse processo de “construção da demanda”, portanto, se bem articulado, é – antes de qualquer coisa – um fruto da auto-organização das comunidades e dos trabalhadores. Ele é mais demorado, mas não menos massivo; corre-se o risco de ter uma demanda manipulada por interesses políticos de lideranças

comunitárias, mas reforça-se por outro lado o papel das entidades já organizadas, tensionando a relação entre comunidade e dirigentes corruptos e reforçando a unidade entre representantes efetivos; por fim, permite-se a ação concreta das agências governamentais e não-governamentais em torno de sua relação com as comunidades. Daí a demanda passa a ser uma canalização das organizações populares, ao invés de uma construção ex-ante do poder público em relação às comunidades” (CRUZ, 2002, p. 19).

Os dois trechos selecionados apresentam uma linha de abordagem congruente, apesar de terem suas argumentações construídas contrariamente. Paoli (2007) enfatiza os vazios da política, a administração positivista que constrói demandas e transforma projetos e políticas públicas em mais uma ferramenta de gestão – gestão esta que não leva em conta as reais urgências dos sujeitos e tira as possibilidades de compartilhar, construir junto, intervir no mundo; uma argumentação que beira o fatalismo mas coloca como imprescindível para a sociedade ações mais democráticas construídas a partir da base de uma participação popular efetiva.

Por outro lado e pensando na economia solidária como um projeto político, Cruz (2006) discorre que a economia solidária busca efetivamente, ainda que esbarrando em intensas dificuldades vinculadas à lógica excludente do sistema capitalista e da gestão do Estado, uma efetivação da participação popular nas instâncias de decisão e que as experiências que partem dos sujeitos sejam consideradas e promovidas através das políticas públicas, e não uma mera administração da demanda e congelamento de público-alvo das políticas públicas. Isto acontece majoritariamente entre as iniciativas herdeiras dos movimentos sociais que já possuem uma dinâmica participativa, e para que a economia solidária se solidifique é imprescindível que as políticas públicas sejam concebidas a partir das demandas das iniciativas. E alguns estudos apontam que a economia solidária é uma das possibilidades em construção de uma reinvenção da política e da presença pública autônoma.

Atualmente, as principais políticas públicas de economia solidária são: a) fomento direto às iniciativas, b) fomento direto às cooperativas, c) capacitação profissional, d) crédito, e) incubadoras, f) programas familiar e agrícola, g), programas sociais voltados à população vulnerável.

No ano de 2002, Antonio Cruz publicou um estudo comparativo entre duas experiências públicas de apoio à economia solidária, e suas conclusões confirmam o fato de que as políticas públicas promovem o desenvolvimento e a articulação das iniciativas. Comparando os governos petistas em São Paulo (Marta Suplicy, 2002) e Porto Alegre (1999), o autor afirma que a presença do Estado pode ser um fator



*potencializador*, desde que haja uma ‘simbiose entre movimento social e governo democratizante’.

Ambos os municípios criaram secretarias específicas para os programas de economia popular e solidária e iniciou um processo de fomento, com proposições de leis, promoção de feiras, assessoria técnica e cursos de formação que, segundo o autor, impulsionaram decisivamente as iniciativas já existentes e incentivaram a criação de novas. Criar programas e projetos que proporcionem o desenvolvimento das iniciativas **já** existentes e que possuem articulação e coletividade **já** constituídas é, inclusive, um ponto primordial para as políticas públicas e as iniciativas obterem êxito.

Uma descrição dos principais pontos das conclusões da pesquisa é importante de ser citada aqui – de maneira muito breve – pois confirma a possível locução entre Estado e sociedade, de forma que os movimentos originados no solo social sejam promovidos pelo Estado através de políticas públicas para além da situação retratada por Paoli (2007, p. 06) em sua pesquisa realizada com estudos de caso sobre as desigualdades na cidade de São Paulo,

a questão central que a pesquisa mostrou se refere aos novos mecanismos que dificultam e, no limite, inviabilizam, a invenção pública e política da cidade - se bem que certas ações são ainda possíveis em alguns espaços organizados de ação reivindicativa popular - quando retiram dos habitantes a possibilidade de construir uma presença pública autônoma, ou pelo menos distinta do funcionamento do próprio governo da cidade. Ou seja, a possibilidade de invenção política e da constituição organizada de reivindicações não é suprimida apenas pela conhecida brutalidade das forças repressivas, mas passa também pelo crivo de sua instrumentação pelo governo (e por essa via para o mercado), e o critério principal de sucesso governamental é a oportunidade de domesticá-las e inserí-las na própria lógica do fortalecimento governamental.

A economia solidária é uma ação efetiva localizada nestes ‘alguns espaços organizados de ação reivindicativa popular’, apesar de estar submetida, ainda, à lógica do mercado e por algumas situações de instrumentação do governo. De forma bastante resumida, ambos os governos de São Paulo e Porto Alegre tiveram êxitos na promulgação das políticas de economia solidária, porém foram construídas a partir de perspectivas diferentes dos dirigentes: enquanto um governo desejava reformar a política do município em favor de uma transformação das relações econômicas dando espaço à organização político-econômica das iniciativas, o outro buscava reformar a política em favor da potencialização das políticas, apostando em capacitação técnica dos participantes.

De maneira geral, para se manter nestes poucos espaços organizados de reivindicação popular, as políticas públicas devem potencializar a viabilidade econômica e a solidariedade interna dos empreendimentos. Um ponto importante a ser destacado é a perspectiva que cada secretaria municipal ou estadual possui em relação às potencialidades da economia solidária, o que tem impacto direto com a formatação dos programas a serem executados, o que impacta também o maior ou menor desenvolvimento das iniciativas. O Estado, dessa forma, pode facilitar ou dificultar politicamente o processo de desenvolvimento da economia solidária, por meio das estruturas legais e institucionais de que dispõe (CRUZ, 2002).

independente da avaliação que se faça do papel da economia solidária, deve-se considerar que suas condições de sucesso são tão improváveis (dado o ambiente hostil do mercado) que, ou o seu programa se constitui num complexo de subprogramas que levam água ao seu moinho, ou ele está fadado a um mero ensaio de política de apoio” (idem, p. 16).

Neste embate, as iniciativas de EcoSol se mostram como uma possibilidade de ação organizada e política, em meio à ação constante do governo de retirar essa capacidade de locução popular. O Estado pode cumprir um papel decisivo, mas não é o protagonista do processo de construção, visto que a economia solidária está fundamentada em valores sociais herdados dos movimentos sociais que estruturam as ações dos indivíduos e dos empreendimentos; dessa forma, “os programas públicos que pretendem “fomentar” ou “articular” a economia solidária a partir do Estado equivocam-se flagrantemente” (CRUZ, 2006, p. 229). Para a economia solidária o que é realmente exitoso, tanto para as iniciativas quanto para o projeto de uma nova sociedade mais democrática, é a

Necessidade de se partir das relações sócio-econômicas realmente existentes e da possibilidade de que essas relações produzam movimentos contra-hegemônicos **com alguma possibilidade de êxito**. Em outras palavras, a pergunta fundamental é: como os setores populares se organizam, hoje em dia, em nossas sociedades periféricas, para resistir ao sistema, e como estas formas de organização podem derivar num modelo alternativo de organização da economia que privilegie a reprodução da vida e não do capital? (CRUZ, 2002, p. 49)

Ou seja, as políticas públicas voltadas à economia solidária não podem perder de vista a locução com os sujeitos que dela participam, respeitando os espaços de comunicação e promovendo as iniciativas já existentes, a princípio, com propostas econômicas e incentivos como alguns setores empresariais eventualmente já recebem; e

além da estrutura de capital, a qualificação técnica realizada por meio de treinamentos e cursos para capacitação devem ser pensados a partir da realidade dos trabalhadores e, o mais fundamental, adaptada a cada situação. Importante ponderar que estamos no meio de um processo, e, portanto, são necessários alguns ajustes, mesmo que provisórios, para que o cenário futuro da economia solidária se concretize em vidas mais emancipadas, onde o trabalho não seja uma categoria central, mas parte do todo que é cada indivíduo. Uma sociedade, como verbaliza Razeto (1997), que comporte uma nova estrutura social e um novo modo de produção, que não necessariamente precise superar o capitalismo, mas ter seu espaço efetivamente consolidado, mas, acima de tudo, uma sociedade que promova qualidade de vida e maior igualdade social.

Por fim, estudos na área de economia solidária apontam algumas sugestões de apoio das políticas públicas, baseadas em estudos de campo e que buscam efetivamente um diálogo com os sujeitos participantes, de forma a criar projetos e políticas públicas que interfiram no bom desenvolvimento do projeto em busca de uma nova configuração social. Partindo destes pressupostos, os indicadores sociais buscam dimensionar também estas diretrizes:

a) discussão dos recursos públicos através de uma participação direta e democrática, o que pode ser realizado através dos fóruns municipais, estaduais e nacional.

b) constituição de uma legislação efetiva que possibilite a instituição de políticas públicas específicas para os empreendimentos, caminho que tem sido ampliado com o passar dos anos pela SENAES e pela nova lei do cooperativismo;

c) incentivo aos programas de capacitação das universidades e demais organizações que dialogam diretamente com as necessidades dos empreendimentos, inclusive cursos de conhecimentos técnicos;

d) articulação entre os fóruns municipais e estaduais, que são considerados os espaços por excelência de discussão de projetos, avaliações e perspectivas da economia solidária.

A construção de um Sistema de Indicadores Sociais para realizar o monitoramento das políticas públicas voltadas aos empreendimentos solidários estaria apoiada nas questões acima. A intenção é dimensionar em quais instâncias as políticas públicas são vivenciadas a partir de uma democracia ampliada, onde a participação popular seja vivenciada não só na implementação das ações ou no interior dos

empreendimentos solidários, mas sim nas discussões do que é realmente pertinente aos empreendimentos para que, a partir disso, a política pública seja concebida.

Indicadores sociais são insumos indispensáveis em praticamente todas as fases do processo de formulação de políticas, e, neste estudo em específico, de implementação e expansão das mesmas, de forma que possam trazer subsídios para o monitoramento do que está sendo realizado, possibilitando a caracterização empírica das políticas públicas, além de possibilitar um panorama das deficiências e fortaleza na esfera da democracia, assim como também dos resultados do processo solidário na atualidade.

---

## **7. METODOLOGIA**

---

O quadro teórico-conceitual de referência da construção do Sistema de Indicadores Sociais de Economia Solidária irá contemplar um conjunto de indicadores simples e compostos, formados a partir de dados secundários e primários que visam mensurar as políticas públicas da SENAES dentro das secretarias municipais de forma a promover a mudança social proporcionada aos indivíduos inseridos na economia solidária,

Diante do objetivo colocado, as temáticas propostas para os indicadores, e que ainda estão em fase de desenvolvimento, são, a princípio:

- Efetividade dos fóruns municipais, estaduais e nacionais e os resultados das articulações efetuadas entre eles;
- Políticas públicas de fomento à capacitação nas universidades;
- Levantamento das principais políticas públicas e quantos projetos são implementados nos municípios;
- Percepção dos trabalhadores das iniciativas em relação à participação nas políticas públicas de economia solidária,

A etapa empírica do projeto será realizada nos municípios que possuem uma Secretaria Municipal de Economia Solidária e efetivam algum projeto ou ação de economia solidária ao longo dos quatro últimos anos. A coleta de informações se dará através de entrevistas com os coordenadores das secretarias municipais e também com membros dos empreendimentos que participem com frequência dos Fóruns Municipais e Estaduais. Pretende-se também realizar uma entrevista com o coordenador da Divisão

de Fomento a Políticas Públicas de Economia Solidária, setor vinculado ao Departamento de Fomento à Economia Solidária da SENAES.

---

## **8. RESULTADOS ESPERADOS**

---

Gaiger (2008) reforça a necessidade de pesquisas que busquem demonstrar a EcoSol como uma possibilidade de desenvolver relações portadoras de vínculos sociais, a fim de dar suporte à construção de indicadores que reflitam a melhor forma de abordar conceitual e empiricamente a questão social dentro da economia solidária, visto que

os valores emanados em tais experiências conduzem à ampliação da reciprocidade social e a envolvimento na esfera pública, convertendo a economia solidária em agente político impulsionador de novos espaços de deliberação política, cuja perspectiva é a adoção de um sistema de regulação que garanta a coexistência de diferentes lógicas econômicas, em condições mínimas de equilíbrio. (Idem, p. 13)

Tendo em vista o quadro atual da economia solidária como um projeto coletivo complexo, assim como as discussões e dilemas voltados a sua legitimidade como prenúncio de uma transformação social, é sumário levar em conta o conjunto de potencialidades e limites, as configurações e possibilidades de construção de espaços de alternatividade, diante desta fase de desenvolvimento, expansão e necessária efetivação dos empreendimentos mediante uma política pública do Ministério do Trabalho, responsável pela Secretaria Nacional de Economia Solidária.

A partir dos argumentos de Singer (2000), que compreende a economia solidária como uma real possibilidade de recolocação do homem no centro da vida econômica, social e política, esta pesquisa pretende contribuir com resultados que buscam comprovar e reforçar as iniciativas de economia solidária como parte de um projeto democrático e de transformação social, mediante a comprovação de resultados dos indicadores sociais que mensurem, qualitativa e quantitativamente, a ampliação dos espaços democráticos através da institucionalização da EcoSol como política pública.

Neste caso, arriscamos estabelecer uma comparação e pensar na representação política necessária à economia solidária, que pode ser construída também a partir dos discursos das ciências humanas. Um discurso que busque a crítica cultural, que represente o sentido de desenvolvimento humano que a economia solidária trás em si. Destacar as fragilidades e limites, apontar caminhos, discutir os dissensos, criticar e

promover um processo reflexivo crítico e construtivo, revigora os projetos intelectuais, e constroi, mesmo que a passos não tão largos quanto gostaríamos, a efetividade de um projeto político mais fortalecido e que valoriza a democracia e a humanização.

---

## 9. BIBLIOGRAFIA

---

BRASIL. Secretaria Nacional da Economia Solidária. <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/atribuicoes-da-secretaria-nacional-de-economia-solidaria.htm>.

\_\_\_\_\_. Avaliação das políticas públicas de Economia Solidária (relatório final do convênio MTE/ IPEA/ ANPEC – 01/2003) / Herton Araújo...[et al]. – Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, 2005.

CASTANHEIRA, Maria Eugênia Monteiro; PEREIRA, José Roberto. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. Revista Katál. Florianópolis, v.11, n.1, p.116-122, jan./jun. 2008.

CATTANI, Antonio David. A outra economia. São Paulo: Veraz Editores, 2003.

CRUZ, Antonio Carlos Martins da. A diferença da igualdade : a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas UNICAMP/ Campinas, SP, 2006.

\_\_\_\_\_. Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária. Campinas, 2002: arquivo eletrônico. Disponível em <http://www.ucpel.tche.br/nesic>

\_\_\_\_\_. Políticas públicas para Economia solidária: fronteira entre a política social e política para o desenvolvimento local. Sociedade em Debate, Pelotas, 12(1): 117-138, jun./2006.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Dakuzaku, Regina Yoneko. Souza, André Ricardo (orgs). Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo. Contexto: 2003.

\_\_\_\_\_, Gabriela Cavalcanti. Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária. São Paulo. Contexto. 2003.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia. A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana in: ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR. Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos – novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. Revista Katál. Florianópolis, v.11, n.1, p.11-19, jan./jun. 2008.

JANUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil. 4 ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

\_\_\_\_\_, Paulo de Martino. Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas, 2002. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan./fev. 2002.

\_\_\_\_\_, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público Brasília 56 (2): 137-160 Abr/Jun, 2005.

LIMA, Jacob Carlos. Paradoxos do Trabalho Associado. Tempo Social, revista de sociologia da USP. v. 21, n. 1, p. 113-132, junho/2009.

PAOLI, Maria Célia. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política in A era da indeterminação; RIZEK, OLIVEIRA. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SANTOS, B. S. A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. Reinventar a democracia. Lisboa: Gradiva, 2002.

CARVALHO, E, PEREIRA, M.A. Boaventura de Souza Santos: por uma nova gramática do político e social. In Lua Nova, p. 45-78. São Paulo, 2007.

SENAES-Secretaria Nacional de Economia Solidária. Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários. Relatório final. Recife: Editora Expressão, 2011.

SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. Economia Solidária: Geração de renda e alternativa ao liberalismo. In: Globalização e desemprego, diagnóstico e alternativas; SINGER, Paul. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estudos Avançados, v.18, n.51, 2004.